



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ata n.º 8/2025

do

Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa

No dia 10 de setembro de 2025, com início pelas 15h00, teve lugar a reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor Luís Menezes Leitão e secretariada pela Professora Catarina Salgado.

A reunião seguiu a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Pessoal docente;
3. Licenciatura;
4. Mestrados;
5. Doutoramentos;
6. Pós-doutoramentos;
7. Cooperação;
8. Instituto de Direito Brasileiro;
9. Erasmus e Relações Internacionais;
10. Outros assuntos.

Estiveram presentes na reunião os Professores Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Carlos Blanco de Moraes, Ana Paula Dourado, Maria José Rangel de Mesquita, José Luis Ramos, Fernando Loureiro Bastos, Sílvia, Alves, Luís Pereira Coutinho, Elsa Dias Oliveira, Isabel Graes, João Espírito Santo, Helena Morão, Jaime Valle, Isabel Vieira Borges, Vitalino Canas, Jorge Silva Santos e Ana Rita Gil.

O Professor Dário Moura Vicente foi substituído pela Professora Teresa Quintela de Brito.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Professor Renato Gonçalves justificou a sua ausência.

O Senhor Diretor da Faculdade esteve presente na reunião.

1. Assuntos antes da O.T.

Antes do início da ordem de trabalhos, o Presidente deu a palavra ao Senhor Diretor da Faculdade, que se dirigiu ao Conselho aludindo à informação distribuída sobre a assiduidade dos docentes (Anexo 1). Referiu a necessidade de dar conhecimento, sobretudo aos docentes mais novos, indicações e regras acerca do controlo de assiduidade dos docentes, bem como de bom funcionamento do ponto de vista pedagógico das equipas docentes e relacionamento com os respetivos regentes.

O Diretor propôs ao Conselho a designação do Professor Dário Moura Vicente como coordenador do curso de doutoramento, que acumularia com a coordenação do curso de Licenciatura. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Mais referiu que acordou com o Presidente do Conselho Pedagógico que até ao final do mês lhe fizesse chegar a proposta do regulamento de avaliação do curso de licenciatura aprovada por esse órgão, pelo que aguarda que essa preocupação fique acautelada, devendo tal proposta ser submetida a apreciação do Conselho Científico na reunião de outubro.

Quanto ao acesso, o Diretor informou que o número de alunos que ingressaram aumentou relativamente aos anos anteriores, pelo que deverá ser pensado o futuro e as formas de melhorar o acesso à Faculdade, nomeadamente através da ponderação relativa aos exames a fazer e eventuais entrevistas a realizar.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Diretor informou ainda que estão em curso obras na Faculdade, tendo os anfiteatros e auditório passado a ter ar condicionado, bem como formas de contacto telefónico para o caso de falhar algum recurso.

O Diretor fez alusão ao Prémio *Pro Iustitia*, recordando a sua importância para a Faculdade e o facto de há muito tempo não ser atribuído. Desta forma, com base no regulamento aplicável, seria importante pensar na futura atribuição, solicitando ao Conselho a formulação de uma proposta.

Finalmente, o Diretor referiu que, tendo em conta que na reunião de outubro será discutida o tema dos mestrados, seria importante pensar na possibilidade de ter apenas um tipo de mestrado e depois haver uma diversificação ou diferenciação na saída desse mestrado, passando a existir uma parte escolar única.

O Presidente do Conselho expressou a sua preocupação acerca da informação sobre a assiduidade. Sempre houve uma prática de os regentes estipularem o início das aulas práticas, no início do ano, tendo em conta o andamento das aulas teóricas e o programa. Além disso, quanto ao final das aulas, com a aplicação do regulamento de avaliação que prevê frequências durante o período de aulas, implicará que os alunos não se façam presentes nas aulas e as mesmas terão de terminar mais cedo.

O Presidente fez referência à situação que ocorreu na época de exames do ano letivo anterior, durante o exame da disciplina de Direito comercial, da sua regência, em que duas assistentes foram agredidas após o final do exame em causa. Ficaram incapacitadas para fazer as avaliações, tendo o Professor [REDACTED] disponibilizado com grande esforço para corrigir todos os exames, e assim o fez. Durante o mês de agosto, recebeu a informação de que o Diretor pretendia emitir um Despacho no sentido de permitir que todos os alunos pudessem fazer o exame novamente, com o qual o Presidente, na qualidade de regente da disciplina, não pôde concordar.



Quanto ao regulamento de avaliação, o Presidente referiu que ficou desagradoado porque esperou que o Conselho Científico pudesse ter tido oportunidade de se pronunciar. Referiu ainda que estas situações que ocorreram quanto ao exame de comercial poderiam ser abrangidas e previstas pelo regulamento.

O Diretor informou que, nessa situação, a Faculdade prestou prontamente todo o apoio às docentes em causa e que, posteriormente, recebeu, por parte do Presidente do Conselho Pedagógico, o pedido dos alunos para repetir o exame, invocando que os descaltos começaram logo 30m após o início da prova e não só após a realização da mesma. Neste pressuposto, contactou o regente da disciplina para efeitos de repetição do exame, até porque já havia alunos regularmente inscritos para a época de setembro e não seria necessário fazer um enunciado específico para o efeito. O regente recusou e o exame não foi repetido.

O Professor Luís Pereira Coutinho pediu a palavra, louvando a explicação do Senhor Diretor, a qual se afigurou explicativa e com um tom completamente diferente do tom ríspido do Despacho. Também o despacho não respeita as práticas da Faculdade e não admite liberdades científicas por parte dos regentes quanto ao início das aulas. Quanto a irregularidades, elas devem ser resolvidas casuisticamente e não globalmente através deste despacho.

Quanto ao regulamento de avaliação, não houve muita informação e pouco se sabe quanto ao processo de aprovação do mesmo e respetivos fundamentos.

O Professor José Luís Ramos propôs um voto de solidariedade relativamente às docentes envolvidas. Cumprimentou o Diretor relativamente à iniciativa de acolhimento dos novos alunos, que já vai na 2ª edição, mas dá nota de que o acolhimento iniciou na semana anterior pelos responsáveis da Associação Académica, que informavam os novos alunos acerca de melhores técnicas para





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6

copiar nos anfiteatros, bem como de preferências pela Turma C relativamente às Turmas A e B.

Quanto ao Regulamento de avaliação, houve uma intervenção do Presidente do Conselho Pedagógico no sentido de que o regulamento fosse aprovado, tendo sido alterado em alguns aspetos, nomeadamente por forma a poder dar aulas em maio e em dezembro, meses em que os docentes estão de facto impedidos de dar aulas. Nestes termos, perguntou sobre o que foi feito do Regulamento de Avaliação e qual o teor do mesmo.

O Conselho votou por unanimidade o voto de solidariedade proposto e condenou veemente todas as atitudes de agressão que ocorreram nesta situação.

A Professora Ana Paula Dourado informou que gostou de receber o Despacho do Diretor quanto ao início das aulas práticas. Manifestou o apreço pessoal quanto a essa iniciativa. É importante ter uniformidade quanto à lecionação das aulas e o número de aulas que são lecionadas em cada disciplina e equipa. Neste contexto, perguntou se seria possível aos regentes terem acesso à informação acerca da assiduidade dos respetivos assistentes nas suas equipas. Quanto aos mestrados e a unificação dos mestrados, referiu que é necessário ter mais informação sobre possíveis implicações para a DSD.

O Professor Jorge Silva Santos referiu a necessidade de apreciar o relatório de assiduidade. As aulas não cumprem o que foi acreditado (40H práticas e 40H teóricas). Se começarmos depois de 1 semana após as teóricas, o número de aulas ainda é menor do que foi acreditado. Por essa razão, não pode ficar no livre-arbítrio dos colegas terminar as aulas no momento do início das frequências. Além disso, não lhe parece que o Despacho em causa tenha algum tom acintoso, mas tudo resulta do que já está estabelecido e já foi estabelecido em despachos de Diretores anteriores.

...R. Silva



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6

Tem de ser considerado que há um número significativo de aulas que não é lecionado.

Mais referiu que existem algumas técnicas de controlo de assiduidade que já são implementadas noutras Faculdades e que poderão ser implementadas na nossa, bem como a importância de um Despacho recordando questões e regras acerca da fraude académica.

O Diretor referiu que não quis ser desrespeitoso para com os docentes em sede do Despacho. O Despacho foi publicado por ocasião do início do ano letivo, não esperando pela reunião do Conselho Científico agendada apenas para o dia 10 de setembro. Recordou a necessidade de cumprir o calendário escolar e o que foi acreditado e por isso há preocupações com a assiduidade. Por outro lado, sempre se fizeram este tipo de Despachos em sede de outras Direções da Faculdade, pelo que o assunto e a preocupação não são novos.

Quanto ao Regulamento de avaliação, há regras que aí constam que são de difícil implementação. Por isso, solicitou em abril ao Presidente do Conselho Pedagógico e ao Conselho Pedagógico que enviassem novo documento. Está igualmente a aguardar o envio do documento, que também ainda não conhece.

Quanto aos mestrados, excetuando a Faculdade de Coimbra, não há mais nenhuma Faculdade que tenha este modelo de duplicidade de mestrados. Deverá, portanto, ser discutida a possibilidade de unificar os mestrados.

O Diretor informou ainda que será aberto um escritório em S. Paulo (Brasil) para informações aos alunos e por forma a fomentar a frequência de alunos das melhores Faculdades do Brasil na nossa Faculdade.

Carla Beja



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Diretor informou que está em curso uma tentativa de iniciar um projeto de cooperação com Timor-Leste, havendo a perspectiva de implementar um projeto de cooperação idêntico ao que existe com Bissau.

O Professor Luís Pereira Coutinho solicitou que sejam respeitadas as competências do Conselho Científico, nomeadamente quanto à prorrogação do prazo de entrega de relatórios do Mestrado, que não passou pelo Conselho Científico, tendo apenas sido objeto de despacho do Diretor sem consulta do Conselho. Quanto aos alunos, temos menos candidatos do que no ano anterior, mas mais admitidos, o que é preocupante.

O Diretor referiu que, por essa razão, devem ser discutidas as regras de acesso. Quanto ao prazo, o Conselho Pedagógico votou a alteração dessa norma. Neste contexto, uma vez que a mesma já consta do regulamento de avaliação, embora ainda não esteja em vigor, foi seu entendimento que poderia passar a aplicar-se imediatamente, por ser mais favorável aos alunos. Além disso, defendeu que o regulamento não deve prever o prazo, uma vez que o mesmo depende do calendário escolar.

O Professor Luís Pereira Coutinho referiu que essa matéria não é da competência do Conselho Pedagógico, mas sim do Conselho Científico. O Conselho Pedagógico integra alunos, pelo que o Diretor devia ouvir o Conselho Científico sobre essa matéria.

O Professor José Luís Ramos manifestou a sua concordância com a intervenção do Professor Jorge Silva Santos. É, por isso, a favor do Despacho de assiduidade, devendo ser corrigidas as faltas de assiduidade sobretudo nos mestrados e doutoramento.

6

Por outro lado, referiu que, apesar de o Diretor ter preocupação legítima quanto ao número de licenças sabáticas concedidas, acaba por conceder licenças sem vencimento sem ouvir os Grupos ou para além das decisões dos Grupos.

O Presidente do Conselho referiu que considera que essa concessão é ilegal. Quanto ao prémio *Pro Iustitia*, o Presidente sugeriu o nome do Senhor Ex-Presidente da República General António Ramalho Eanes.

O Conselho irá pronunciar-se sobre este tema na reunião de outubro.

O Diretor informou o Conselho acerca da data de 24 de setembro, às 15H, em que ocorrerá a aula de jubilação Professora Fernanda Palma.

Informou igualmente acerca da cerimónia de lançamento do livro de homenagem ao Professor Duarte Nogueira, a ter lugar no dia 25 de setembro, às 18H.

Mais informou que terá lugar na Faculdade um conjunto de conferências sobre ética e direito, as quais terão início em outubro.

Finalmente, referiu que o controlo da assiduidade dos assistentes poderá ser enviado mensalmente aos respetivos regentes, a pedido.

A Professora Ana Paula Dourado referiu, a propósito da intervenção sobre o Brasil, que, em conversa com alunos brasileiros, tem informação de que a redução das candidaturas está relacionada com o processo moroso de obtenção de vistos por parte desses alunos para frequentarem as nossas aulas. Eventualmente teremos de adaptar o calendário das nossas candidaturas para permitir que esses alunos pudessem frequentar as aulas.

António



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

2. Ponto 1 da Ordem de Trabalhos (Aprovação da ata da reunião anterior)

Foi colocada à votação a ata n.º 7/2025 do Conselho Científico, correspondente à reunião plenária do Conselho Científico de 16 de julho de 2025, a qual foi aprovada por unanimidade e não tendo votado os Professores que não estiveram presentes na reunião em causa.

Foi junto à referida ata uma declaração de voto de vencidos relativamente à proposta de contratação de assistentes convidados no âmbito do Grupo de Ciências Jurídicas.

3. Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (Pessoal docente)

3.1. O Conselho tomou conhecimento do relatório da Licença Sabática do Professor [REDACTED] (Anexo 2).

3.2. O Conselho tomou conhecimento da informação prestada pelos serviços acerca da situação contratual da Assistente Mestre [REDACTED] (Anexo 3).

3.3. O Conselho tomou conhecimento da informação prestada pelos serviços acerca da situação contratual do Assistente Mestre [REDACTED] (Anexo 4). Submetido o documento a votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção dos Professores Carlos Blanco de Moraes, Maria João Estorninho, Ana Paula Dourado, Maria José Rangel de Mesquita, José Luís Ramos, Luís Pereira Coutinho, Sílvia Alves, Elsa Oliveira e Isabel Graes.

4. Ponto 3 da Ordem de Trabalhos (Licenciatura)

4.1. O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas para o ano letivo 2025/26 (Anexo 5), a qual foi aprovada por unanimidade.



4.2. O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas para o ano letivo 2025/26 (Anexo 6). O Professor Jorge Silva Santos referiu que se tratando de matéria da competência do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Histórico-Jurídicas, a proposta não foi discutida nem votada em sede de reunião do grupo, que não existiu, não podendo, consequentemente, ser objeto de deliberação do Conselho Científico.

A Professora Silvia Alves referiu que a única novidade do documento face ao que foi aprovado pelo Grupo respeita à a distribuição das aulas práticas. O documento circulou por todos os docentes do Grupo que, respeitando os critérios do grau e da antiguidade, procederam à escolha do seu serviço docente. O documento final foi igualmente objeto de conhecimento prévio de todos.

Reiterando que não houve reunião de grupo nem deliberação, o Professor Jorge Silva Santos insistiu na necessidade de as propostas de deliberação apresentadas pelos grupos científicos serem instruídas com as atas das reuniões em que tenham sido aprovadas.

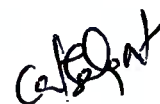
5. Ponto 4 da Ordem de Trabalhos (Mestrados)

5.1. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição de júris de Mestrado do Grupo de Ciências Jurídicas (Anexo 7).

5.2. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição de júris de Mestrado do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas (Anexo 8).

5.3. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição de júris de Mestrado do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (Anexo 9).

5.4. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de alteração do júri de Mestrado em Direito e Prática Jurídica especialidade em Direito Financeiro e Fiscal, relativo à aluna [REDACTED] por forma a substituir a Professora Paula Vaz



6

Freire (Anexo 10).

5.5. Foi aprovado por unanimidade o pedido de alteração de tema do aluno

[REDACTED] (Anexo 11).

5.6. Foi aprovado por unanimidade o pedido de alteração de orientador da aluna [REDACTED] (Anexo 12).

5.7. Relativamente ao Mestrado em L&M, na sequência da jubilação do Professor Paulo de Sousa Mendes, o Presidente do Conselho apresentou uma proposta de nomeação de novo coordenador científico e de novo coordenador executivo por parte da Faculdade de Direito para o referido Mestrado. (Anexo 13).

Os Professores Maria José Rangel de Mesquita e João Espírito Santo abstiveram-se. Os restantes Conselheiros aprovaram a proposta.

5.8. Finalmente, o Conselho Científico tomou conhecimento do relatório atualizado do número de alunos inscritos por UC's e especialidades no ano letivo 2025/26 (Anexo 14).

6. Ponto 5 da Ordem de Trabalhos (Doutoramentos)

6.1 Foram aprovados por unanimidade os pedidos de admissão à fase de preparação da tese de doutoramento com Dispensa da Fase Escolar/*Per Saltum* por parte dos alunos [REDACTED] e [REDACTED] [REDACTED]. (Anexos 15 e 16).

7. Ponto 7 da Ordem de Trabalhos (Pós-doutoramentos)

Não havendo nada a tratar, passou-se ao ponto seguinte.

8. Ponto 8 da O.T. (Cooperação)

O Presidente deu a palavra ao Professor Fernando Loureiro Bastos, que informou que no dia 27 de junho de 2025, tiveram lugar as intervenções online das

Handwritten signature



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6

Professoras Catarina Salgado e Rute Saraiva e do Professor Fernando Loureiro Bastos, no âmbito do dia da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo, Angola.

O Professor Fernando Loureiro Bastos informou também que prosseguem as aulas do quarto curso de doutoramento da Faculdade de Direito Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade de Macau, com o seminário de Direito Civil (Obrigações), regido pelo Professor Dário Moura Vicente, em setembro, e com o seminário de Políticas Públicas e Finanças Públicas, lecionado pelo Professor José Renato Gonçalves, igualmente no mês de setembro.

Na semana de 15 a 19 de setembro, terá lugar em Moçambique uma atividade na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, no âmbito das comemorações dos cinquenta anos da sua independência, a cargo dos Professores Fernando Loureiro Bastos, Vitalino Canas e Marco Caldeira. No dia 15 de setembro, segunda-feira, os Professores Fernando Loureiro Bastos, Vitalino Canas e Marco Caldeira irão participar na conferência "O papel do Direito na consolidação da soberania nacional e na superação dos legados coloniais em Moçambique: 50 anos de desafios e conquistas". A 16 de setembro, terça-feira, o Professor Vitalino Canas dará uma formação de curta duração sobre "Os direitos fundamentais em crise: desafios na era digital e da globalização". A 16 de setembro, quarta-feira, o Professor Fernando Loureiro Bastos dará uma formação de curta duração sobre "Além das fronteiras: os desafios e benefícios da integração económica e política regional". A 17 de setembro, quinta-feira, o Professor Marco Caldeira dará uma formação de curta duração sobre "Eficiência e Integridade: a contratação pública como ferramenta de boa governação". Finalmente, a 18 de setembro, sexta-feira, os Professores Fernando Loureiro Bastos e Marco Caldeira, irão participar numa mesa-redonda sobre "O direito como ferramenta de transformação social: para além da lei, a construção da justiça".

Finalmente, o Professor informou que se iniciou a 8 de setembro, com a participação de 42 estudantes, o primeiro módulo da pós-graduação New

[Handwritten signature]



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Challenges in International Justice and International Arbitration, organizado em colaboração com o Manohar Parrikar School of Law, Governance and Public Policy, da Universidade de Goa. O módulo sobre Strategic Litigation and Advisory (the working of the International Court of Justice) será lecionado presencialmente pela Professora Patrícia Galvão Teles, durante cinco dias.

9. Ponto 9 da Ordem de Trabalhos (Instituto de Direito Brasileiro)

O Presidente deu a palavra ao Professor José Luís Ramos, que informou que na sequência do que já foi adiantado pelo Senhor Diretor, na semana seguinte o Diretor e o Professor José Luís Ramos, na qualidade de Presidente do IDB, estarão em S. Paulo em virtude da celebração do Protocolo de Cessão de Espaço na Casa de Portugal.

Nessa deslocação, o Professor José Luís Ramos participará ainda nas seguintes outras iniciativas:

- a) Aula aberta sobre Processo Societário, na Universidade de São Paulo (USP), com a Professora Catarina Monteiro Pires, a convite dos Professores Marcelo Adamek e Paulo Lucon.
- b) Em virtude de integrar o Grupo de Pesquisa Decisões Judiciais e Formas de Impugnação, coordenado pela Professora Teresa Arruda Alvim, da PUC, participação num debate na PUC, Campo das Perdizes, intitulado Tribunais Superiores: Função Adjudicatória, Uniformizadora ou Normativa.
- c) Seminário a realizar na Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul), intitulado "Processo Civil Coletivo: Abordagens entre Brasil e Portugal".
- d) Colóquio acerca dos Poderes Inquisitórios do Juiz, na Universidade de Jundiaí, a convite da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPRO).



Mais informou que irá propor um curso nessa casa de Portugal com o tema "Cultura, Sociedade e Informação". A Universidade de Coimbra já tem atividade na Casa de Portugal, pelo que a Faculdade terá de acelerar as suas atividades de cooperação com o Brasil.

Referiu igualmente que no primeiro ano e meio do seu mandato foi organizando eventos na Faculdade e só agora passou a organizar eventos no Brasil. Desta forma, conforme anunciado na última sessão, o IDB, tenciona, após uma fase de instalação e de promoção de eventos, realizados na Faculdade, expandir a sua atividade, correspondendo, para além dos convites endereçados, em termos individuais aos membros da Direção, promover outras iniciativas. Designadamente, um Curso com a Cesupa, do Pará, a realizar em janeiro, na Faculdade, relativamente ao qual, a seu tempo, serão dados pormenores.

Duas semanas depois da primeira viagem, o Professor José Luís Ramos retornará a São Paulo, no intuito de corresponder a outro amável convite da USP, no sentido de participar no Simpósio Internacional sobre Propriedade e Estrangeiros, integrar o painel relativo ao Direito Comparado e Controle de Terras por Estrangeiros, cujo moderador será o Professor Luiz Otávio Rodrigues e, entre os outros oradores, as Professoras Flavia Trentini (USP-RP) e Sandra Passinhas (Univ Coimbra), bem como o Professor alemão Tilman Quarch (Agência Europeia de Patentes)".

10. Ponto 10 da Ordem de Trabalhos (Erasmus e Relações Internacionais)

10.1. O Presidente deu a palavra ao Professor Vasco Pereira da Silva, que informou o seguinte:

Quanto à participação na Conferência Anual da SEALS (South Eastern Law Schools of America), o ELPIS network foi convidado a participar, como habitualmente, na Reunião Anual de 2025 da Conferência SEALS, de 27 de Julho a 2 de Agosto, cuja sessão inaugural ocorreu na Wayne State University in Detroit, Michigan. O Professor Vasco Pereira da Silva participou, através do ZOOM, no dia 1





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

de Agosto, no painel sobre «O Problema das Alterações Climáticas, no contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia», apresentando uma intervenção inicial seguida de discussão.

O Professor informou igualmente que já começaram os Cursos Intensivos do 2025/26. A lista dos Cursos intensivos do 1º Semestre é a seguinte:

- F. Balaguer Callejón (Univ. Granada), «Redes Sociales, Compañías Tecnológicas y Democracia»; Alexandre Viala (Univ. de Montpellier), «Philosophy of Law»; Maria José Mesquita / Ana Soares Pinto / Rui Tavares Lanceiro (FDUL), «Fundamental Rights and the Rule of Law as European Values»; Jochen Glöckner (Univ. Konstanz), «Construction Contracts in the System of German Civil Law»; Andreas Schwartz (Univ. Innsbruck), «Introduction to European Private Law»; Gregory Bowman (Roger Williams Univ.), «International Trade Regulation: Global Rules, New Challenges»; Arndt Künnecke (Federal Univ. of Applied Sciences for Public Administration, Brühl), «EU Consumer Law»; Elizabeth O'Leary (Univ. Augsburg), «Introduction to Tort Law from an American and English Perspective»; Jacques Ziller (Univ. Degli Studi di Pavia), «The Rule of Law in the European Convention of Human Rights and Council of Europe Law»; Diana-Urania Galetta (Univ. Degli Studi di Milano), «European Administrative Law and Administrative Procedure»; Massimo Luciani (Sapienza Univ. di Roma), «Power Constitutional Law»; Cláudio Brandão (Univ. Federal de Pernambuco), «História e Teoria do Crime»; Jaap de Zwaan (Erasmus Univ. Rotterdam), «Asylum and Immigration Law and Policy of the European Union»; Stelio Mangiameli (Univ. Degli Studi di Teramo), «Constitutionalism between States, Europe, and International Relations»; Agata Cecilia (Univ. Degli Studi di Roma «Tor Vergata»), «New Technologies, Law, Rights. From City Brain to Smart City»; Patrick Hugg (Loyola Univ. College of Law), «Introduction to the Law of the United States»; Xavier Magnon (Aix Marseille Univ.), «Thinking about the Production of Norms by Judges – between the government by judges and the judge as mouth of the law»; Melanie Reid (Lincoln Univ.) / Vasco Pereira da Silva (FDUL), «Global Law Classroom»; Vasco Pereira da Silva (FDUL) / Friedrich Germelmann (Leibniz Univ. Hannover), «Transatlantic Legal Lectures».

Carla



Entretanto, vai ter início, no dia 1 de Outubro, a 3ª edição da experiência científico-pedagógica "Global Law Classroom", organizada pelas instituições académicas SEALS / ELPIS (este ano também com a colaboração da SUI IURIS, na sequência da reunião anual desta organização, no mês de junho deste ano, na FDUL). A coordenação científica da iniciativa cabe aos Professores Melanie Reid (Lincoln Univ.) e Vasco Pereira da Silva.

O Professor informou que na próxima sessão do Conselho Científico serão dadas mais notícias desta iniciativa, na qual para além de numerosos colegas, estão inscritos 27 estudantes da FDUL.

10.2. Finalmente, o Conselho aprovou por unanimidade o acordo relativo à cotutela com a Universidade de Hamburgo, no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento por parte do aluno [REDACTED] (Anexo 17)

11. Ponto 11 da Ordem de Trabalhos (Outros Assuntos)

O Professor Carlos Blanco de Moraes referiu que, passados dois anos, a Faculdade ainda não resolveu duas questões essenciais - o regulamento de avaliação e os mestrados e doutoramentos - pelo que a continuação deste modelo está a degradar o ensino da Escola. Sobre estes assuntos, não há necessidade de haver consensos com os alunos. Porém, a partir de um determinado momento, a maioria terá de deliberar.

Quanto aos estatutos da Faculdade, há necessidade de os repensar, nomeadamente quanto aos poderes excessivos dos alunos, bem como as competências do Conselho de Escola e Conselho Científico da Faculdade. O Conselho Científico tem de ser informado e de discutir e decidir sobre estes assuntos.

O Professor Jaime Valle questionou quanto à publicação das atas.

O Presidente informou que as mesmas não estão disponíveis na internet mas, mediante requerimento, as mesmas estão acessíveis, embora anonimizadas.





FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O Professor João Espírito Santo referiu que deveria ser publicada uma nota junto às atas anteriores que já estão publicadas, explicando que as novas atas serão fornecidas anonimizadas, mediante requerimento.

O Presidente concorda, informando que tal será feito.

A Professora Teresa Quintela de Brito referiu que é da opinião de que não deve haver dois tipos de mestrados, até por uma questão de desigualdade quanto à repartição de serviço docente, já que o mestrado de prática jurídica implica muito mais trabalho docente do que o mestrado de ciência jurídica.

12 Encerramento

O Presidente do Conselho Científico deu por encerrada a sessão pelas 17 horas e 24 minutos.

O Presidente do Conselho Científico

(Professor Luís Menezes Leitão)

A Secretária do Conselho Científico

(Professora Catarina Salgado)